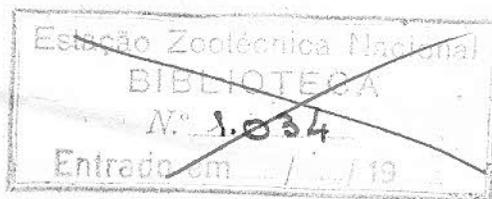
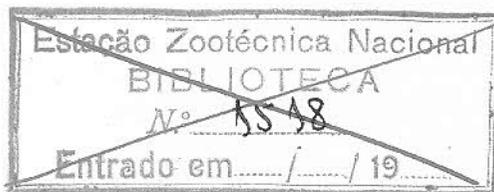


BOLETIM PECUÁRIO



INTENDÊNCIA DE PECUÁRIA DE FARO

Estende esta Intendência de Pecuária a sua jurisdição a todo o distrito de Faro, cuja área corresponde à província do Algarve.

Turdetânia, Algorb, Lucena, Al-Faghar, Almagrab, Al-Gharb, tantos são os nomes por que tem sido conhecida esta província, situada na região mais meridional do País.

Turdetânia porque, segundo Plínio, na época proto-histórica fôra habitada pelos Turdetanos, o povo mais instruído dentre os da Lusitânia.

Algorb em virtude de, no dizer de Tomás Hyde, estar situada na parte ocidental da Hispânia.

Lucena por ter sido habitada pelos povos Lúcios, segundo diz Murillo. Al-Faghar, Almagrab, Al-Garb, porque os Árabes a consideravam terra chã, campo fértil e abundante.

Não foram só os Sarracenos que assim a apreciaram; os vários documentos e vestígios arqueológicos encontrados em vários pontos desta província, quer nas cavernas, que podiam ter sido habitadas pelo homem paleolítico, quer pelos instrumentos e ferramentas da época neolítica, quer ainda pelo que da proto-história conhecemos, atestam a imensidade de povos que vieram procurar neste canto do extremo sudoeste da Península aquilo de que então careciam e de que era ubérrima.

Muitos foram os povos que na época proto-histórica, isto é, desde a pre-história até à chegada dos Romanos à Península, vieram habitar esta província, impelidos certamente não só por espírito guerreiro, mas principalmente pelas riquezas de que era dotada, contando-se entre êles os Fenícios, os Lígures, os Celtas, os Cartagineses, os Turdetanos, os Gregos e os Romanos, que foram dominando as raças pre-históricas cá existentes, cruzando-se com elas e fornecendo-lhes conhecimentos que permitiram o desenvolvimento do comércio, da indústria e da agricultura.

Foi nesta época que nas costas da então Turdetânia se fundaram várias cidades de enorme importância, cujos vestígios hoje se podem admirar e donde em épocas remotas saíram frotas fenicias carregadas de âmbar, trigo, cera, vinho, azeite, sal, peixe, tecidos vários, metais, etc., pairando ainda no espírito do povo algarvio várias lendas sôbre a fundação e riquezas de algumas delas.

Assim, de Lacóbriga, cidade que existiu próximo de Lagos, diz Estrabão que, «quando foi tomada por Barca, capitão cartaginês, tinha as mangedouras dos cavalos, as talhas e as dornas onde o vinho e a água eram recolhidos, tôdas de prata».

De Ossónoba, outra cidade daquela época, também se fala ainda das suas riquezas e Razí, geógrafo árabe, disse ter sido a melhor do mundo entre as cidades de igual grandeza, «afamada pelas suas hortas e pelo óptimo âmbar que possuía».

Pelo exposto se verifica ter sido o Algarve em tempos remotos uma região de grandes riquezas e, conseqüentemente, muito demandada e habitada.

Variadíssimas são as opiniões sobre as épocas de entrada dos vários povos nesta província, parecendo contudo que os Fenícios a ela chegaram entre os séculos XII e X antes de Cristo, os Lígures no século VI, os Celtas no século V e os Cartagineses no século III da mesma era, século em que vieram também os Romanos.

É com a entrada dêste povo que começa o período histórico do Algarve, vindo sucessivamente os Bárbaros no século V da nossa era, os Árabes no século VIII e, finalmente, os Portuguees no século XII.

Foram principalmente os Romanos e os Árabes que mais ensinamentos forneceram aos povos autóctones, nomeadamente em agricultura.

Se ainda hoje espraíarmos a vista pelas hortas algarvias, lá encontraremos a nora, vestígio da intervenção árabe na irrigação, à qual tanto carinho dispensaram.

Mas nem só a agricultura progrediu; é racional que, necessitando esta de braços e de animais para criar incremento aquêles e êstes tivessem também aumentado como conseqüência lógica.

Empenhado em expulsar a mourama da parte ocidental da Península, D. Sancho I intenta em 1189 conquistar o Algarve, para o que aproveita a oportunidade dos cruzados Flamengos, Holandeses e Dinamarqueses, que iam em demanda da Terra Santa, terem arribado ao Tejo, para os fazer vir até Silves (a Chelb árabe) ao longo do rio Arade e tomar esta praça forte, capital de um grande domínio sarraceno.

Conquistada esta cidade e mais algumas outras terras, D. Sancho I denomina-se rei de Portugal e do Algarve, designação que se manteve em todos os reinados até ao fim da monarquia.

Efêmera foi a vitória do segundo rei de Portugal; decorridos dois anos os Árabes rehaviam a capital do Algarve, mas D. Sancho II, auxiliado principalmente pelos cavaleiros da Ordem de S. Tiago comandados por Paio Peres Correia, renova a conquista da província e expugna definitivamente essa cidade aos mouros.

Foi somente no reinado de D. Afonso III, graças ainda à intervenção de Paio Peres Correia, que o Algarve, com a tomada de Fárão (1249) e de outras praças, ficou completamente conquistado (1251).

A população, que nesta província tinha adquirido durante o domínio árabe um grande desenvolvimento numérico, diminuiu sensivelmente após a conquista pelos Portugueses, porque só ficaram nela os mouros fôrros e alguns dos conquistadores.

Não possuímos elementos que habilitem a um juízo seguro sobre o número de habitantes que no Al-Gharb existiam durante o domínio sarraceno, mas, a avaliar pelo de 25.000 que só a Chelb possuía quando da conquista cristã, e comparando êste número com o de 44.940, apurado em 1422 num censo populacional então efectuado em todo o território algarvio, verificamos quão desfalcada ficou a população após a conquista da província pelos Portugueses.

Graças ao poder de expansão da gente algarvia, muito superior ao da média da população portuguesa como comprovam os elementos estatísticos que a seguir reünimos, ela tem aumentado progressivamente e de tal modo que a densidade, de 8,9 por quilómetro quadrado em 1422, era de 62,4 ao fechar de 1940, isto é, à data da efectivação dêste recenseamento pecuário.

Censos populacionais do Algarve desde 1422 a 1940

Anos	Habitantes	Densidade por Km. ²	VARIACÃO POPULACIONAL	
			Total	Média anual
1422. . .	44.940	8,9		
1527. . .	54.000	10,7	9.060	86,3
1732. . .	63.682	12,6	9.682	47,2
1758. . .	85.196	16,9	21.514	827,5
1776. . .	93.477	18,6	8.281	460
1802. . .	105.801	21,0	12.324	474
1821. . .	120.322	23,9	14.521	764
1864. . .	172.660	33,0	52.338	1.217,2
1878. . .	199.142	40,0	26.482	1.891,6
1890. . .	228.635	47,1	29.493	2.457,8
1900. . .	255.191	50,8	26.556	2.655,6
1911. . .	272.861	54,4	17.670	1.606,4
1920. . .	268.294	53,5	— 4.567	— 507,4
1930. . .	300.762	59,3	32.468	3.246,8
1940. . .	317.628	62,4	16.866	1.686,6

Paralelamente a êste acréscimo populacional, e graças ao carácter essencialmente trabalhador e económico do lavrador algarvio, a agricultura progrediu de uma forma bem notória, progresso que se tem vindo a acentuar dia a dia com a assistência técnica que gratuitamente lhe tem sido dispensada.

OS TRABALHOS DE MANIFESTO

Felix, qui potuit rerum cognoscere causas

Verworu

Antes de entrar no exame dos números apurados, vamos referir a maneira como as entidades oficiais que neste arrolamento tiveram interferência mais ou menos directa, cumpriram a sua missão.

Foram sem dúvida os veterinários municipais que melhor a desempenharam dentro das possibilidades da verba que lhes foi destinada, e fora dela.

Dêstes técnicos só temos que louvar a forma como agiram; se os resultados que eram de esperar, não foram alcançados, a culpa não lhes cabe, mas às deficiências que encontraram na execução do seu trabalho.

Sendo os regedores das freguesias as entidades que mais de perto contactam com a massa popular, pena é que nem todos se tivessem compenetrado do seu dever e deixassem que boateiros mal intencionados, não compreendendo ou não querendo compreender o alto significado nacional de uma estatística pecuária exacta, adrede espalhassem que a principal finalidade do manifesto era averiguar quem fôssem os possuidores de animais para fins tributários.

A incúria e comodismo de alguns regedores se deve, pois, a principal imperfeição dêste arrolamento.

Seria nosso desejo não ter de apontar nomes, porque isso nos é doloroso, mas para se não julgar que enunciamos factos sem fundamento, diremos que entre outros estão os das freguesias do concelho de Alcoutim e os das de Boliqueime, Alte e Quarteira, do concelho de Loulé.

De outras entidades, desde os Presidentes das Câmaras Municipais até aos dos Grémios da Lavoura, só nos cabe declarar que cumpriram o seu dever dentro do âmbito das suas esferas de acção.

Manifestantes — Prestaram declaração 34.278 indivíduos, menos 6.098 que no arrolamento pecuário de 1934, o que só podemos atribuir a falta de manifesto.

Conforme dissemos no comêço, a população algarvia multiplica-se numa proporção superior à média da do território continental e nesta província a propriedade rústica está extremamente dividida.

Dêste modo afigura-se-nos inadmissível imputar a diferença apurada a outras causas que não a mencionada.

Ignoramos quantos e quem fôsem os infractores, mas não podemos deixar de crer que o seu número é apreciável.

Para confirmação do que dizemos, basta examinar os quadros seguintes, num dos quais reunimos as estatísticas populacionais desta província nos anos em que se efectuaram censos pecuários:

CONCELHOS	MANIFESTANTES		DIFERENÇAS	
	1934	1940	Para mais	Para menos
Total (distrito).	40.376	34.278		6.098
Albufeira.	1.455	1.377		78
Alcoutim.	2.054	1.573		481
Aljezur.	1.314	1.298		16
Alportel.	2.152	1.485		667
Castro-Marim.	1.816	1.455		361
Faro.	3.421	2.719		702
Lagoa.	1.862	1.166		696
Lagos.	1.835	1.734		101
Loulé.	5.410	5.586	176	
Monchique.	2.422	1.472		946
Olhão.	2.702	2.428		274
Portimão.	1.788	1.239		549
Silves.	5.572	5.112		460
Tavira.	4.330	3.753		577
Vila do Bispo.	868	927	59	
Vila Real de Santo Antonio .	1.375	950		425

Anos dos arrolamentos	Habitantes	Manifestantes
1870. . . .	172.660	—
1920. . . .	268.294	—
1925. . . .	284.528	23.944
1934. . . .	307.974	40.376
1940. . . .	317.628	34.278

Razões sem fundamento e inconcebíveis por pessoas bem formadas, mas que encontraram eco em indivíduos tacanhos, analfabetos ou tímidos, como são na sua maioria os proprietários algarvios, levaram-nos certamente à falta do dever.

Constou-nos, bem como aos veterinários municipais, que espíritos maléficos propalaram, como já referimos, que o manifesto pecuário só tinha intuítos tributários.

Procurámos descobrir um, pelo menos, dêsses indivíduos, mas não encontramos senão o seu rasto, o *disse-se*.

Como a maldade deixa sempre gravados bem fundo os seus efeitos perniciosos, julgamos que só uma forma existe de os apagar e evitar de futuro — é a propaganda bem conduzida feita com a devida antecedência pelas entidades que mais de perto e directamente houverem de interferir nos trabalhos, de modo que tôda a gente se venha a compenetrar do objectivo em vista.

Examinando o primeiro quadro, verificamos que, em relação ao inventário de 1934, só em dois concelhos se registou aumento no número de declarantes; em todos os mais êsse número diminuiu de uma forma bastante sensível, o que vem em abono do nosso juízo sôbre o decréscimo observado e nos confirma que quási todo o distrito enferrou do mesmo mal.

Lendo os dados reunidos no segundo quadro, notamos que não há paralelismo entre o número de habitantes desta província e o de manifestantes nos diferentes anos em que se inventariaram as espécies pecuárias. Assim, em 1925 (não fazemos referência a anos transactos, porque não possuimos elementos), entre os 284.528 habitantes do Algarve prestaram declaração 23.944, ou sejam 8,4 %; em 1934, entre 307.974, declararam ser possuidores ou detentores de animais 40.376, o que corresponde a 13,1 %; mas já em 1940, para uma população de 317.628 habitantes, só prestaram essa declaração 34.278, isto é, 10,7 %.

Sôbre as causas determinantes destas oscilações julgamos ter dito precedentemente o bastante.

EFFECTIVOS PECUÁRIOS

A estatística é o estudo numérico dos factos sociais

Lavasseur

Dos boletins de manifesto apuraram-se as existências específicas constantes do quadro seguinte:

Effectivos pecuários em 1940

(Cabeças naturais)

CONCELHOS	G A D O S										ANIMAIS DE CAPOEIRA				
	Equinos	Mares	Asininos	BOVINOS			Ovinos	Caprinos	Suínos	Galinhas	Patos	Perus	Pombos	Coelhos	
				de trabalho	leiteiros	Total									
Albufeira	160	828	963	418	38	456	1.336	571	960	8.129	162	154	342	907	
Alcoutim	459	945	1.219	611	64	675	23.158	4.975	1.731	9.790	160	31	177	308	
Aljezur	117	219	1.054	2.170	2	2.172	1.506	1.889	1.708	9.188	123	101	175	833	
Alportel	51	948	665	266	5	271	861	2.949	1.244	9.835	50	40	590	1.417	
Castro Marim	313	652	1.214	1.175	84	1.259	6.942	3.580	1.544	7.858	57	62	314	427	
Faro	154	1.931	1.198	1.076	367	1.443	2.937	939	3.162	18.518	201	126	706	2.045	
Lagoa	59	375	787	603	142	745	287	362	595	5.401	168	148	205	1.093	
Lagos	93	371	1.480	2.682	240	2.922	1.185	646	2.033	9.932	380	184	849	1.754	
Loulé	380	3.807	3.186	932	156	1.088	14.972	6.563	4.869	32.725	247	165	509	1.582	
Monchique	162	484	877	1.398	181	1.579	2.082	2.573	1.891	8.240	186	59	194	551	
Olhão	90	1.433	1.304	430	315	745	1.811	1.685	2.450	14.337	221	162	1.147	1.295	
Portimão	210	417	1.105	1.690	162	1.852	350	485	1.451	7.502	395	238	516	803	
Silves	782	3.343	3.852	3.470	273	3.743	14.904	6.456	5.783	36.417	613	406	1.146	2.193	
Tavira	302	2.647	1.188	3.250	159	3.409	10.835	8.365	4.956	27.471	331	222	2.001	2.665	
Vila do Bispo	92	149	903	1.220	84	1.304	5.853	1.697	1.014	3.723	94	42	55	210	
Vila Real de Santo António	84	430	428	354	80	434	1.346	888	991	5.293	46	66	835	1.073	
Totais (distrito)	3.508	18.979	22.423	21.745	2.352	24.097	90.665	44.624	36.382	214.559	3.434	2.206	9.761	19.521	

Sendo a estatística, no dizer de Schlozer, «a história em repouso e esta a estatística em movimento», seja-nos permitido remontar aos arrolamentos anteriores, pois só comparando as cifras agora apuradas com as colhidas nos anos transactos se poderá fazer um estudo consciencioso da evolução da pecuária algarvia.

Efectivos pecuários através dos vários arrolamentos
(Cabeças naturais)

ESPÉCIES	1870	1920	1925	1934	1940	Diferenças entre os dois últimos	
						Para mais	Para menos
Gados							
Eqüinos	1.969		2.249	3.841	3.508		333
Muare.	5.730		10.160	18.029	18.979	950	
Asininos	12.475		20.573	26.782	22.423		4.359
Bovinos.	15.975	18.067	20.452	23.464	24.097	633	
Ovinos	42.990	74.994	60.180	46.066	90.665	44.599	
Caprinos	33.792	63.958	71.833	44.187	44.624	437	
Suínos	13.595	29.439	45.600	50.148	36.382		13.766
Animais de capoeira							
Galinhas				244.345	214.559		29.786
Patos.				3.038	3.434	396	
Perus.				2.330	2.206		124
Pombos.				15.592	9.761		5.831
Coelhos.				23.656	19.521		4.135

Diferenças em relação ao arrolamento de 1934

CONCELHOS	Eqüinos		Muare		Asininos		Bovinos		Ovinos		Caprinos		Suínos	
	Mais	Menos	Mais	Menos	Mais	Menos	Mais	Menos	Mais	Menos	Mais	Menos	Mais	Menos
Distrito.		333	950			4.359	633		44.599		437			13.766
Albufeira.		11		21		202	27		994		368			79
Alcoutim.		121		437		611		476	8.869			2.277		1.014
Aljezur.		19	50			288		99		716		583		401
Alportel		25		54		366		37	111		1.480			777
Castro-Marim.		5	93			619		164	2.330			1.658		655
Faro		10	46			192	282		1.275		225		159	
Lagoa		33		35		303	118		206			189		764
Lagos		39	40		6		318		317			87		446
Loulé.		73	529			60		19	9.589		1.842			1.282
Monchique.		43	31			593		309		284		1.540		2.214
Olhão.		34	106			53	163		933		374			445
Portimão.	18			99		183	181		291			461		1.882
Silves	164		660			315	664		12.762		2.256			2.463
Tavira		88		12		502		50	4.727		510			1.447
Vila do Bispo.		2	37		35			7	3.103		227		34	
Vila Real de Santo António .		12	16			113	41		92			50		90

Pelo exame comparativo das cifras constantes destes dois quadros se verifica que, a não serem as espécies mular, bovina, ovina, caprina e, dentro dos animais de capoeira, os anatinos, todas as outras diminuíram muito em quantidade, com o que, repetimos, nos não conformamos. Com efeito, se não temos confiança no número de declarações, menos fé ainda nos merece o dos animais manifestados, por isso que ao número dos não revelados se devem naturalmente juntar aquêles que os próprios manifestantes não-de por certo ter ocultado em parte.

A nossa discordância, ou antes, a nossa pouca confiança neste inventário tem seu fundamento não somente nas duas razões citadas, como noutras que vamos referir.

Assim, por exemplo, seria absurdo admitir que o gado asinino, que em todos os arrolamentos pretéritos tem acusado aumento bastante sensível, houvesse agora diminuído 4.359 cabeças, ou sejam 16,3 % em relação ao recenseamento de 1934, quando é certo e notório a gente rural mais pobre, que nesta província mais predomina, a todos o preferir como espécie auxiliar por virtude da sobriedade e rusticidade que caracteriza os indivíduos deste grupo.

E, facto curioso que vem em abono do que acabamos de dizer, são precisamente os concelhos da região serrana, ou com grande parte de serra, portanto os mais pobres, aquêles onde a estatística de agora mais acentua êsse decréscimo, como se verifica do segundo dos dois quadros cujos números estamos comentando.

Idênticas considerações se poderiam fazer para explicar as diferenças para menos em várias outras espécies, mas abstermo-nos delas por desnecessárias. Queremos todavia frisar que algumas das razões apontadas pelos veterinários municipais nos seus relatórios não têm o exclusivismo que lhes atribuíram. Segundo êstes técnicos, os maus anos agrícolas teriam sido o principal se não único obstáculo ao desenvolvimento geral da pecuária na área dos seus respectivos concelhos, obstáculo a que, para a espécie porcina, se não-de juntar as doenças rubras.

Devemos notar que, embora se não possa negar o reflexo dos maus anos agrícolas sobre a pecuária, não se lhes há-de contudo atribuir a responsabilidade exclusiva no Algarve, onde o regime de exploração das espécies domésticas tem, para algumas delas, características diferentes das de outras províncias.

No período compreendido entre 1925 e 1934 também houve maus anos agrícolas e contudo, a não ser o gado ovino e caprino por razões constantes do relatório do arrolamento do segundo desses anos, todos os das outras espécies aumentaram.

E demais, se assim fôsse, ¿como explicar o aumento numérico dos ovinos e caprinos êste ano observado?

A baixa na cifra das cabeças suínas manifestadas não pode também ser atribuída simplesmente às doenças rubras.

Consoante temos feito sentir em outros relatórios, essas doenças têm causado grandes morticínios mas, graças ao poder prolífico da espécie suína, nomeadamente do porco algarvio, tais baixas são mais ou menos temporárias e nunca atingem valor tão elevado como em outras províncias, onde os porcos são explorados em varas.

A causa principal da baixa agora observada no total das várias espécies pecuárias deve pois derivar da falta de declaração por parte de avultado número de possuidores de animais domésticos.

Quanto ao acréscimo numérico de muares, bovinos, ovinos e caprinos, deve êle atribuir-se a vários factores, segundo a espécie considerada.

Assim, o aumento do efectivo mular tem explicação na circunstância dos proprietários algarvios preferirem êstes híbridos nos serviços agrícolas, para tracção, para carga a dorso e para sela.

Para explicar o aumento quantitativo dos ovinos temos de admitir, além da falta de declarações em 1934, o acréscimo real dêste armento e a possível aquisição de arietinos alentejanos, efectuada em número relativamente apreciável pelos marchantes algarvios.

No tocante ao ligeiro crescimento numérico dos caprinos, um escasso meio milhar de cabeças, talvez não merecesse êle referência particular se não fôra o conhecimento que temos da evolução desta espécie no Algarve.

Já por várias vezes temos feito sentir que êste gado tem vindo a diminuir de há anos a esta data por efeito de disposições camarárias mais ou menos impeditivas, e até certo ponto racionais, pois a propriedade, principalmente na região litoral, está muito dividida e arborizada e da parte dos cabreiros não havia respeito pelos bens alheios.

Desta forma, e porque os caprinos não têm aumentado, só podemos compreender ou que houvesse falta de declarações em 1934 ou que o efectivo haja estacionado desde então.

Expostas muito sumariamente algumas causas das diferenças observadas nos resultados dêste apuramento estatístico, resta dizer que o segundo dos quadros a que nos temos vindo a reportar, revela à sociedade a forma como as oscilações, positivas e negativas, dos diversos efectivos específicos se distribuem numericamente pelos vários concelhos.

Bovinos com inscrição errada — No mapa de apuramento geral encontram-se manifestados 64 bovinos leiteiros no concelho de Alcoutim e 84 no de Vila do Bispo, mas isso não corresponde à verdade, porque só existem 3 neste último, concluindo-se portanto que houve engano no preenchimento das declarações que lhes respeitam.

DENSIDADE PECUÁRIA POR QUILOMETRO QUADRADO

No quadro seguinte registam-se, e comparam-se em relação a 1934, as densidades das várias espécies por unidade de superfície. Poderíamos talvez incluir nêle

também as densidades referidas aos arrolamentos anteriores, mas não o fazemos por nos parecer que isso não interessa grandemente ao objecto dêste trabalho.

**Densidade dos efectivos específicos segundo
os dois últimos arrolamentos**

ESPÉCIES	1934	1940
Eqüinos	0,76	0,69
Muares.	3,55	3,74
Asininos.	5,28	4,42
Bovinos.	4,63	4,75
Ovinos	9,08	17,88
Caprinos	8,71	8,80
Suínos	9,89	7,17
Galinhas	48,18	42,23
Patos.	0,60	0,68
Perus.	0,46	0,43
Pombos.	3,07	1,92
Coelhos.	4,66	3,85

A leitura do quadro deixa reconhecer que, excluidos os animais de capoeira, no grupo dos gados é a espécie ovina a de maior densidade em cabeças naturais por Km.², seguindo-se-lhe, por ordem decrescente, a caprina, a suína, a bovina, a asinina, a muar e a eqüina; quere dizer, primeiro as espécies alimentares e só depois as exclusivamente auxiliares (solípedes).

Os suínos, que em 1934 ocupavam o primeiro lugar, cederam-no agora aos ovinos e foram mesmo ultrapassados pelos caprinos, motivo por que figuram em terceiro grau da escala; os bovinos superaram um pouco os asininós, êstes relegados assim para junto da outras duas espécies exclusivamente auxiliares, que mantiveram entre si a mesma posição relativa.

RELAÇÃO POR MIL HABITANTES

Referidos numericamente à população, os efectivos específicos, expressos em cabeças naturais, conservam entre si, no referente aos dois últimos arrolamentos, a mesma ordem de densidade por Km.², tirante a relação entre os valores que a cada um cabe, o que é lógico, porquanto a multiplicação das espécies pecuárias não está na dependência absoluta do desenvolvimento numérico da espécie humana. É o que mostra o quadro a seguir.

Efectivos específicos referidos a 1.000 habitantes segundo os vários arrolamentos

ESPÉCIES	1870	1920	1925	1934	1940
Eqüinos	11,69		7,90	12,77	11,04
Muares	33,24		35,70	59,94	59,76
Asininos	72,25		72,30	89,04	70,60
Bovinos	111,03	67,34	71,88	78,01	75,87
Ovinos	273,89	279,14	211 50	156,48	285,44
Caprinos	195,71	238,38	252,48	146,41	140 49
Suínos	78,63	109,72	160,26	166,73	114,23
Galinhas				812,41	675,50
Patos				10,10	10,81
Perus				7,78	6,95
Pombos				51,84	30 73
Coelhos				78,65	61,46

NÓTULA SÔBRE A ECOLOGIA PECUÁRIA

Para bem ajuizar das possibilidades agrícolas e, conseqüentemente, pecuárias desta província, vamos referir os principais factores que nelas têm interferência.

Se relancearmos a vista sôbre a carta hipsométrica do Algarve, vemos que a orografia e morfo-altimetria mostram ser esta província constituída por um cordão de serras (Caldeirão e Monchique), ramificação do Sistema Mariânico da Meseta Ibérica, respectivamente com as cotas máximas de 575 e 972 metros, que a atravessam de Leste para Oeste e a dividem em duas zonas, uma setentrional, a serrana, que por declives moderados se liga ao Baixo Alentejo e por rampas mais ou menos rápidas se vai esbater na outra zona, a do litoral, que lhe fica ao Sul, zona esta cujas cotas oscilam entre 50 metros, numa estreita faixa junto da orla marítima, ribeiras e rios, 50-200 e 200-400 metros, o que dá ao solo algarvio um aspecto de anfiteatro formado por três degraus sem contar a parte serrana, de superfície relativamente reduzida.

No ponto de vista geognóstico o solo é, na sua maioria, de natureza paleozóica, como aliás o de quasi todo o território do continente, sendo as montanhas constituídas pelo carbonífero inferior em continuação dos xistos argilosos do Baixo Alentejo, o qual deixa irromper rochas eruptivas de aspecto granitóide nas serras de Monchique e Caldeirão.

Para o sul do cordão formado por estas serras vêem-se terrenos triássicos, com margas, calcáreos e grés vermelho, a constituírem uma faixa ondulante com cerca de três quilómetros de largura, que atravessa tôda a província desde o cabo de

S. Vicente até Vila Real de Santo António passando por Vila do Bispo, Bensafrim, Silves, Messines, Alte, Querença, São Brás, Santa Catarina e Castro Marim.

Ao sul desta faixa existem ainda terrenos jurássicos e cretácicos, com predominância dos primeiros, principalmente nos concelhos de Tavira, Loulé e Silves, terrenos estes que se estendem até Sagres.

A formar como que uma bordadura à tira anterior, encontram-se argilas, calcáreos e dolomites.

Os terrenos cretácicos aparecem em manchas junto de Estombar, Guia, Almancil, Pexão, Quelfes e outros pontos do concelho de Olhão.

Mais para o sul há uma orla marítima constituída por terrenos de formação moderna, dunas e aluviões, de mistura com areias do mioceno e saibros do plioceno, com predominância destes.

Hidrográficamente considerado, o Algarve é rico em cursos de água, na sua maioria de pequena extensão e caudal, o mais importante dos quais, o Guadiana, serve de fronteira com a vizinha Espanha num percurso de 48 quilómetros e é navegável por barcos de grande tonelagem em toda esta secção terminal do seu leito.

Por ordem decrescente de importância seguem-se os rios Asseca, formado pelo Gilão e o Séqua, que se juntam próximo de Tavira para o constituir; o Arade com o seus numerosos afluentes, navegável até próximo de Silves e que desempenhou importante papel na conquista desta província, constitui modernamente uma esperança de riqueza do povo algarvio, que ansiosamente aguarda que os Poderes Públicos nêlle permitam fazer os trabalhos indispensáveis para a captação de águas destinadas à irrigação dos terrenos dos concelhos de Silves, Lagoa, Portimão e Lagos; finalmente, o rio Alvor, que nasce na serra de Monchique e vai desaguar na baía de Lagos.

Além destes existem outros cursos de água de menor importância, os quais só no Inverno adquirem caudal que lhes permite oscular o oceano.

O clima desta província é nitidamente marítimo, já pela sua situação geográfica, já pela disposição da sua orografia e porque junto da costa passa uma corrente marítima quente, a corrente das Canárias, braço da do Golfo do México (Gulf-Stream).

Em virtude do cordão de serras que a separam do Baixo Alentejo, o qual constitui um verdadeiro obstáculo à acção perniciosa do vento norte, podemos dividi-la em duas zonas climáticas perfeitamente distintas: uma setentrional, onde o clima se confunde com o do Baixo Alentejo; outra meridional, que se estende até ao oceano, de características nitidamente mediterrânicas e que rivaliza com o clima da Côte de Azur, Riviera e Andaluzia.

Esta última zona pode ainda decompor-se em três sub-zonas — a oriental, a central e a ocidental, definidas pela protecção mais ou menos completa que aquêlle cordão de serras lhe dispensa contra o vento norte.

As chuvas são de tal modo rápidas e fracas, que a média anual das precipitações tem valores relativamente baixos; conquanto a sua frequência e grau udo-

métrico variem de zona para zona e de sub-zona para sub-zona, são mais amiudadas e mais abundantes na região serrana por as montanhas deterem os ventos do oceano e determinarem a condensação do vapor de água que elles arrastam.

É um regime pluviométrico marítimo, pois o máximo das precipitações ocorre na estação fria e o mínimo na quente, e de modalidade mediterrânica visto ter dois máximos, um no princípio e outro no fim do Inverno.

Reportando-nos aos elementos colhidos nos últimos cinco anos, verificamos as seguintes oscilações pluviométricas:

ANOS	Zona oriental (Tavira) mm.	Zona central (Albufeira) mm.	Zona ocidental (Lagos) mm.	Zona serrana (Monchique) mm.
1936 . . .	599	535,8	620	1.129,9
1937 . . .	625,7	570,1	701	1.352,3
1938 . . .	330	155,8	375,2	699
1939 . . .	745,6	320,1	750	1.122,1
1940 . . .	505	235,7	520,1	1.072,4

Achando a média das precipitações anuais e multiplicando-a pela superficie da provincia, 5.071,60 quilómetros quadrados, apura-se o total de 3.290.898.091 metros cúbicos de precipitações. Ora, como cêrca de 45 % desta quantidade se evapora e, conseqüentemente, se perde para a agricultura, 20 % se escoo à superficie do solo e 25 % é por êste absorvida, é de presumir que 10 % fôsse utilizada pela vegetação, ou sejam pouco mais de 329.089.809 metros cúbicos.

Daqui se depreende a urgente necessidade de proceder a um estudo sistematico da irrigação no Algarve, para se não perder uma só gota de água sem dela tirar o máximo proveito.

Como os terrenos cotados abaixo de 250 metros são os considerados aptos para as culturas alimenticias e como o terreno algarvio é de constituição geológica muito diversa, compreende-se quão óptimas as suas condições para uma exploração agricola intensiva, só havendo necessidade de, em virtude do que anteriormente expussemos, e dos fortes calores estivais a que adiante nos referiremos, resolver a questão hidráulica.

No ponto de vista anemológico pode dividir-se esta provincia em três zonas — a de leste, a do centro e a de oeste, segundo a maior ou menor protecção que a serra dispensa à região do litoral contra as investidas do vento norte.

De todos os ventos que sulcam a atmosfera algarvia, é o leste o mais áspero, já porque não veicula umidade marítima, já porque sopra por vezes violentamente.

A sua acção é de tal modo nefasta para a agricultura e para a pesca e tão nociva à saude, que é hábito dizer que *de Espanha nem bom vento nem bom casamento*.

A temperatura média anual, segundo elementos colhidos nestes últimos anos, é de 17°,6 com a máxima de 37°, a mínima de 2°,5 e pequenas diferenças de zona para zona. O mês mais quente, com raras excepções, é o de Agosto e o mais frio, em regra, o de Janeiro.

O Inverno, a Primavera e o Outono são quentes, o Verão ardente. Só na zona central o Inverno é mais temperado.

Em virtude do que acabamos de expor, se verifica que há necessidade, repetimos, de olhar com presteza para a irrigação, a fim de atenuar quanto possível a acção contrária do clima sobre as culturas arvenses, as que mais de perto interessam à exploração pecuária.

A todos estes factores climatéricos mais ou menos impeditivos destas culturas há a acrescentar o estado de divisão da propriedade, como vamos ver.

Sendo a superfície do Algarve, de 5.071,60 quilómetros quadrados, como já dissemos, e de 97.030 o número de proprietários, segundo o Anuário das Contribuições Directas para 1940-41, para uma população de 317.628 habitantes, conclui-se que é quasi de 30,55 % a quantidade de indivíduos que nesta província vivem do seu rendimento agrícola.

Se fizermos a classificação das propriedades rústicas segundo a sua área, temos que no Algarve predominam as de superfície compreendida entre 0,35 e 5,99 hectares, o que dá 70,5 % sobre o total dos prédios rústicos, com um rendimento colectável, por hectare, variável segundo a natureza do terreno e modo de exploração agrícola, mas, de uma maneira geral, tanto maior quanto menor a propriedade.

Neste distrito as formas de exploração agrária predominantes são a *horta* e o *casal*.

A *horta*, junto dos aglomerados populacionais onde há água, raro excede dois hectares mantidos em cultura permanente, nos quais se produz o milho, a batata, o feijão, a couve, a abóbora, o tomate, o melão, o pimento, etc., géneros que se antecipam quinze e mais dias aos das outras regiões, o que a esta província conferê temporariamente nos mercados internos o exclusivo da venda dessas primícias, que constituem uma das riquezas algarvias.

O *casal*, onde não há água ou onde ela não abunda, é principalmente a forma de exploração das culturas de sequeiro — cereais, legumes, batatas e forragens.

A estas duas modalidades de exploração agrícola interpõe-se a da *quinta*. Propriedade ordinariamente murada e constituída por pomares e por alguns talhões de horta e outros de cultura de sequeiro, é um sistema de exploração dos terrenos aráveis sem água suficiente para os utilizar total e exclusivamente na horticultura.

Grandes explorações agrícolas ou *lavouras* poucas existem e só nas regiões afastadas do litoral.

É variável a forma como o cultivadores algarvios disfrutam as suas propriedades rústicas; vai desde a exploração directa até às diferentes modalidades de arrendamento, adoptando uma grande maioria o sistema da meação, com ou sem caseiro.

De todos os sistemas de exploração seguidos nesta província, o que se nos afigura condenável por entravar os progressos do sua agricultura, é o do arrendamento, seja qual fôr a sua modalidade, porque os rendeiros nunca fazem melhoramentos, que apenas iriam aproveitar ao senhorio.

Em virtude do que dissemos àcerca da configuração e constituição do solo algarvio, compreende-se como variada deve ser a vegetação nesta província. Encontram-se na verdade exemplares de tôda a flora portuguesa e na zona litoral uma vegetação especial, uma como cópia da flora argelina, particularidade que levou o professor Amorim Girão, da Universidade de Coimbra, a dizer que «a região algarvia forma uma espécie de mundo à parte, que, na sua própria configuração rectangular, se diria um Portugal em miniatura, a receber em primeira mão as influências do lado africano.»

Da costa para a serra, além dos diferentes produtos hortícolas e árvores de fruto, vão-se encontrando nos vários degraus do anfiteatro o pinheiro, a figueira, a amendoeira, a alfarrobeira, a oliveira, a vinha, a azinheira, o sobreiro e, na serra de Monchique, o castanheiro.

É graças à vegetação do primeiro degrau que a paisagem algarvia tem feição tão característica e inconfundível, de uma beleza deslumbrante nos primeiros meses do ano quando as amendoeiras, ao florirem, estendem o seu niveo manto e fazem recordar a lenda da chorosa Gilda.

Fora da zona litoral o Algarve é pouco arborizado, mas na região serrana os sobreiros e azinheiros formam nalguns pontos pequenos montados.

Excluída a área social, os terrenos applicados a fins industriais, os pousios, as rochas, as cumeadas improduttivas e o leito dos cursos de água, esta província deve ter inculta uma quinta parte da sua superfície, mas esta tende a diminuir de ano para ano.

Alguns dos terrenos incultos, sapais e salgados, vêem de há anos a ser subtraídos à acção da água do mar e nalguns tractos, onde já se faz cultura de trigo, de cevada e de fava, vegeta espontâneamente o azevém, a losna, o valverde, as salgadeiras e luzernas, fora muitas outras plantas que, se fôssem ensiladas, dariam excelente e abundante forragem. Nos salgados onde chegam as marés, cresce a murraça, excelente forragem para os solípedes.

ESPÉCIES PECUÁRIAS

Os animais domésticos constituem uma das principais condições da vida e prosperidade dos povos.

Prof. Inácio Ribeiro

No ponto de vista pecuário o Algarve é uma província das menos importantes do continente, tanto na quantidade como na qualidade dos seus gados.

Vários e múltiplos são os factores que têm determinado e determinam êsse fenómeno, entre os quais, para algumas espécies, a grande divisão da propriedade, com as características anteriormente descritas; o clima, com tôdas as suas inter-

ferências, mais ou menos adversas; a acção tributária ou impeditiva de algumas Câmaras Municipais, pelo uso e abuso de tributações ou impostos sobre os gados; a ignorância dos métodos de exploração armentosa, por parte da maioria dos proprietários.

Alguns destes factores podem e devem eliminar-se para bem dos interesses desta provincia e da Nação. Espécies há, como a caprina, que de há anos a esta parte vêm diminuindo de forma assustadora, conforme demonstram os números dos últimos arrolamentos; outras, por virtude dos poucos cuidados que lhes são dispensados, têm-se abastardado.

Para reconhecer a veracidade do que acabamos de dizer, basta comparar as cifras apuradas neste arrolamento com as dos anteriores e examinar as características das várias espécies armentosas, que sumariamente vamos mencionar.

EQÜINOS

O tipo mais comum é o pequeno cavalo serrano, agarranado, idêntico ao das serras minhotas e quasi sempre fraco, de agulha baixa, peito e lombos estreitos, com as consequentes incapacidades correspondentes a estes defeitos.

Alguns deles, apesar de desharmónicos, possuem fogosidade e vigor, talvez resquícios da influencia do cavalo árabe, que aqui abundou e se demorou mais do que em qualquer outro ponto do País.

Além deste tipo encontra-se outro mais esbelto e de maior corpulência, cujas fêmeas são consignadas à exploração mulateira, que Tierno diz já existir nos tempos paleolíticos formando uma raça diferenciada muitos milénios antes da sua domesticação.

Um e outro, isto é, tanto o cavalo agarranado e desairoso como o mais encorpado e gracioso, são representantes de duas raças distintas que os hipólogos consideram indígenas, porque de há muito cá existem, mas ao presente num estado de degradação nunca visto.

Porque as muares são preferidas por razões adiante expostas, pode dizer-se que nesta provincia não existe eqüicultura. Basta compulsar os vários arrolamentos para verificar semelhante facto, que não é só dos nossos tempos; remonta a alguns séculos, como se vê de certos documentos históricos.

Assim, medidas foram tomadas por alguns dos nossos reis, nomeadamente por D. Duarte, para estimular a produção cavalariça, havendo este soberano promulgado o célebre regimento dos coudéis, onde ordenava que «toda a pessoa que no Algarve tivesse de bens a renda (censo ou contia) de 16 a 20 marcos prata, fôsse constringida a ter cavalo de marca».

Sábia medida, mas de efeitos pouco duradouros!

Ultimamente têm sido destacados para esta provincia alguns ganhões dos estabelecimentos coudélicos do Estado com o fim de melhorar o efectivo hípico, mas, porque é mais remuneradora a industria mulateira, só mandam beneficiar as suas éguas do natural os poucos indivíduos que, fruindo haveres, gostam de possuir bons cavalos.

MUARES

Animais rijos, vigorosos, sóbrios e resistentes aos fortes calores estivais, por vezes ardentíssimos, as muares são muito apreciadas no Algarve.

Com tais predicados, êste gado tem preferência sôbre o cavalari no serviço de tracção e até mesmo no de sela.

A indústria mulateira, que deve existir nesta província há muitos séculos, teria começado a tomar incremento após a conquista pelos Romanos que, como é sabido, tinham êstes híbridos em grande estima. É mesmo natural que tal indústria se fôsse arreigando cada vez mais no espírito das populações, a ponto de obrigar à promulgação de leis repressivas, como a de 7 de Agosto de 1549, na qual D. João III ordenava que no então reino do Algarve «pessoa alguma lançasse égua a jumento, nem em tal consentisse, sob pena de os perder, se lhes pertencessem e, caso não fôsem sua propriedade, pagassem importância igual ao seu pêso e mais dez cruzados».

Porque a muar é a todos os títulos um animal de grande valia para a agricultura, só lamentamos que, apesar dos esforços da Direcção Geral dos Serviços Pecuários, a sua criação se faça por vezes de uma forma desordenada.

Não devemos porém esquecer que uma das principais razões de escassearem na sua maioria as boas muares, eguariças e asneiras, reside principalmente na falta de bons reprodutores.

Por êste motivo, quem quer boas muares, tem de procurá-las na vizinha província do Alentejo, adquirindo-as directamente nas feiras de Almodôvar, Castro Verde e Garvão, ou comprá-las a negociantes que concorrem a estas feiras, onde se vão prover delas para depois as venderem a pêso de ouro.

Pena é que os Grémios da Lavoura não despertem da apatia em que, no ramo pecuário, estão mergulhados, e se compenetrem da necessidade da melhoria dos gados dos respectivos associados, pois ninguém melhor do que êstes organismos, por intermédio das secções pecuárias, podia tomar a si a resolução dêste importante problema, adquirindo ou mantendo reprodutores adequados.

Nesta província as muares não são applicadas indistintamente nos vários serviços em que podem ser utilizadas. Assim, os híbridos eguariços, por virtude da sua maior corpulência, fôrça e docilidade, empregam-se principalmente nos trabalhos agrícolas e, algumas vezes, nos de tiro de luxo e de sela; os asneiros, por menos elegantes, de menor estatura, má índole e por vezes perigosos, aproveitam-se quasi sempre nos serviços de tiro leve e de carga a dorso.

ASININOS

É de crer que o gado asnar aqui viva há muitos séculos.

Porque lhe não hajam dispensado quaisquer cuidados, o jumento não tem cunho de diferenciação que permita incluí-lo neste ou naquele tronco de origem.

A dolicocefalia que em muitos se observa, leva a admitir a existência de um grande número de indivíduos do tronco africano, cujos mais antigos represen-

tantes teriam sido possivelmente trazidos pelos povos do norte de África quando para cá vieram, nomeadamente pelos muçulmanos.

Mas ao lado dos jumentos desta origem é freqüente encontrar animais braquicéfalos, portanto do tronco europeu.

Em promiscuidade com êstes, existe também uma grande massa, a maioria, em que as características de um e outro tronco se encontram misturadas, o que mostra o estado de variação desordenada a que a espécie chegou por não ter havido cuidado algum na sua selecção, crescendo ainda os defeitos provenientes da falta de alimentação, abrigo, etc.

Pena é que tal haja sucedido, pois o burro, pela sua sobriedade, paciência, resistência e longevidade, bem merece olhado com simpatia e até carinho. Mas o Homem, ingrato e egoísta, não só o considera, por via de regra, um dos seres mais desprezíveis da escala zoológica, como por vezes, se não quási sempre, lhe falta com alimento e abrigo, zurrando-o cruelmente, esquecendo os valiosos auxílios que dêle recebe sem uma recusa e gastando tôdas as energias em proveito do dono.

BOVINOS

Pertencem os bovinos algarvios à raça transtagana, sub-raça algarvia, na qual se podem ainda considerar duas variedades — a do litoral e a serrana.

São animais dólicocéfalos, eumétricos, de perfil convexo e longilíneos, de aptidão predominantemente dinâmica, pouco diferindo dos bovinos alentejanos a não ser no menor enclado do dorso.

No litoral, onde lhes são dispensados mais cuidados de alimentação e abrigo, adquirem mais corporatura, apresentam sofrível estado de nutrição e, depois de gordos, o peso vivo médio das reses adultas de cinco anos orça por 350 quilogramas com um rendimento de 50 a 55 % de carne limpa.

Com gado desta zona é que o Algarve abastece o mercado de Lisboa, do qual se pode considerar o maior fornecedor de vitelos desde Julho a Setembro; é porém fraca a sua contribuição em gado bovino adulto.

É nos concelhos de Loulé, Silves, Lagoa e Lagos que se encontram os indivíduos de maior corpo e estatura; nos outros são geralmente mais pequenos e atarracados em virtude da curteza dos membros.

Dispõem de bastante força; em boas estradas, tanto em caminho horizontal como nas subidas, puxam facilmente cargas de 120 e 150 arrôbas.

Na região serrana os bovinos são mais rústicos, mas de menor porte e mais inferiores para trabalho, porque têm pouco fundo, e para a engorda, porque lhes falta massa muscular.

Em virtude das suas aptidões dinâmofora e cevatriz, o gado bovino é o de mais valor na economia do Algarve.

Além dos tipos descritos, existem ainda nos concelhos de Alcoutim e Castro Marim, numa faixa ao longo do Guadiana, continuação de outra no concelho de Mértola, animais da sub-raça mertolenga, muito apreciados pela rigeza, ligeireza e docilidade de que são dotados, atributos que lhes conferiram fama de bons cabres-

tos. É por isso freqüente virem do Ribatejo proprietários de gado bravo fazer nestas paragens aquisição de bons «jogos de cabrestos».

Não temos elementos que permitam citar o seu quanto, mas não andaremos muito longe da verdade se os computarmos nalgumas, embora poucas, centenas.

Existe também mais ou menos por tôda a área desta Intendência de Pecuária a raça turina, mais pronunciadamente em tôrno dos centros populosos, estejam êles na zona do litoral ou nos píncaros da serra, cujo efectivo tem vindo a aumentar de há anos a esta parte em virtude da diminuição do gado caprino.

Ignoramos ao certo quando e donde para aqui vieram os primeiros indivíduos desta raça; sabemos apenas que entraram nesta província em fins do século passado, depois de 1888, sendo provável que procedessem do Ribatejo logo que a fama de bons produtores de leite se espalhou pelo País.

OVINOS

Na sua maioria do tipo bordaleiro nas suas três variedades — churro, feltroso e comum.

Nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António, possivelmente por vizinharem com a Andaluzia, encontram-se alguns merinos. Além dêstes existem, como é de prever, produtos dos seus cruzamentos.

Não se repartem indistintamente êstes tipos por tôda a província, já porque nuns concelhos lhes são dispensados mais cuidados, já porque noutros são influenciados pelo gado alentejano. Assim, enquanto no Barlavento e na zona central até Tavira os ovinos são do tronco ibérico, variedade churra, no Sotavento há já infiltração do tronco africano.

É no concelho de Vila do Bispo que se encontram os animais mais inferiores sob todos os pontos de vista; de menor corpulência, o pêso vivo da fêmea é, em média, de 30 quilogramas, o do macho 40 e o do velo 2 quilogramas em sujo.

Em Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António é onde se encontra o melhor gado de lã. Bordaleiro comum amerinado, o pêso vivo, conforme o sexo, varia de 28 a 50 quilogramas e o pêso do velo regula por 2,5 quilogramas.

Dentre todos os ovinos algarvios, os de maior corpo e mais acentuada aptidão creatopoética são os dos concelhos de Silves, Loulé, Faro e parte do de Tavira, onde as fêmeas atingem 45 a 60 quilogramas de pêso vivo e os machos 80 a 90, efeito principalmente do sistema de exploração a que andam sujeitos. Recriados em arribanas e a pasto quási sempre com as reses bovinas, recebem o designativo de ovinos caseiros, depreendendo-se portanto que são mais mimados de alimentação que os explorados em rebanho.

Além da influência dêste regime sôbre a corpulência dêstes animais, esta deve também ser atribuída à ausência de infiltração de sangue merino.

Apesar da corporatura e faculdade cevatriz já serem dignas de menção, estamos certos de que ainda aumentariam se a exploração fôsse mais racional.

Na Primavera o Algarve abastece parte do mercado de Lisboa com ovinos de

pêso razoável e bom rendimento em carne limpa; as peles são muito apreciadas para tapetes.

Como na região litoral domina acentuadamente a pequena propriedade, muito arborizada, não pode haver grandes rebanhos; na zona serrana, cujas características agrárias são muito diferentes, as condições económico-agrícolas motivam a exploração extensiva do gado lanar, muito inferior nalguns concelhos desta parte do Algarve, onde nos parece aconselhável o seu melhoramento com o merino.

CAPRINOS

A população caprina desta província pertence à raça charnequeira.

Encontram-se também algumas cabras importadas da Berberia, cabras da Síria e os mestiços desta raça com a indígena.

Por virtude da sua rusticidade, a cabra adapta-se perfeitamente ao regime quasi selvático em que vive, e constitui um óptimo transformador, em leite e carne, das espécies arbustivas das charnecas algarvias, as quais ainda hoje ocupam vasta extensão nesta província.

Os caprinos desempenharam importante papel na economia do Algarve, mas, considerados animais daninhos, para reprimir desmandos que de há muito se vinham a praticar, pois se perdera o respeito pela propriedade alheia, por posturas camarárias mais ou menos impeditivas foram pouco a pouco relegados para a zona serrana, com grande gáudio dos possuidores de vacas leiteiras, que viam neste armento um concorrente à sua indústria.

Contudo julgamos ser ainda um mal necessário para a única exploração que de algumas charnecas actualmente se pode fazer.

SUÍNOS

Na sua maioria indivíduos do tipo românico ou napolitano, de Sanson, há-os também do tipo asiático, do tipo bísaro ou céltico e mestiços derivados de uns e outros.

Últimamente, por haverem chegado ao estado de grande bastardia, começaram a introduzir-se pequenos núcleos das raças Berkshire e Yorkshire e a efectuar-se o seu cruzamento com os porcos algarvios.

Os indivíduos exóticos que têm logrado melhor aceitação, são os de pelagem preta, que suportam bem a ardência dos raios solares, ao passo que os brancos, pela despigmentação do tegumento cutâneo, sofrem frequentemente de doenças da pele.

Varia o modo como são explorados os suínos. Na região do litoral adopta-se o regime estabular, em pocilga, sem que por vezes lhes sejam dispensados os mais rudimentares cuidados higiénicos; na zona serrana segue-se o regime misto.

Constituem os suínos um capital pecuário de grande valia na balança económica desta província, que exporta, em média, 6.000 cabeças anualmente.

Nalguns concelhos, como Olhão, Faro e Loulé, principalmente na parte mais próxima do mar, por se abusar da engorda com peixe, são regeitados do consumo 35 a 40 % dos porcos, com grave prejuízo dos interesses gerais e particulares. Tãmanha perda seria fãcilmente remediãvel se nos ùltimos 30 a 40 dias da ceva o peixe, que transmite à carne o característico gôsto que a torna repugnante, fôsse totalmente banido da alimentaçaõ.

Como o mercado de Lisboa se abastece em grande parte da zona ao sul do Tejo, o Algarve é, depois do Alentejo, um dos maiores fornecedores dẽste centro de consumo em gado suĩno, principalmente de Junho a Setembro, época da abundãncia de porcos gordos nesta província.

ANIMAIS DE CAPOEIRA

As espécies de menos fixidez nos seus caracteres étnicos, a ponto de, principalmente nos galináceos, nã haver nesta província um tipo definido, mas uma amãlgama de tipos, por serem explorados de forma irracional, sem os mais rudimentares cuidados, como simples pãrias.

Sõ nos raríssimos casos em que são fruidos para deleite dos seus possuidores, se deparam algumas raças puras, nacionais e estrangeiras.

Pena é que tal suceda, pois a avicultura é susceptível de algum êxito nesta província desde que seja orientada pela propaganda oral e escrita, auxiliada, se possível, pelo filme. Sõ instruindo os que se interessam por êste assunto, se acabará talvez com o aforismo de que *gado de bico não faz o amo rico*.

VALOR PECUNIÁRIO

Se admitirmos como exactos os efectivos específicos apurados neste arrolamento, o capital pecuário desta província deve orçar por 102.110.756 escudos, assim repartidos:

ESPÉCIES	Valores (Escudos)
Cavalar	5.483.004
Muar	34.029.347
Asinina	6.749.323
Bovina	36.682.858
Ovina	4.985.970
Caprina	4.141.662
Suĩna	9.241.028
Animais de capoeira	997.564
Total	102.110.756

Em 1934 o valor da massa pecuária foi computado como segue:

ESPÉCIES	Valores (Escudos)
Cavalar.	6.003.483
Muar.	32.325.997
Asinina.	8.061.382
Bovina.	35.524.496
Ovina.	2.533.630
Caprina.	4.109.391
Suina.	12.737.592
Animais de capoeira.	1.156.000
Total	102.452.000

Se confrontarmos os números dos dois inventários, verificamos ter havido uma diminuição de 341.244\$00 no valor pecuário, o que não sucedeu, estamos convencidos; antes houve aumento, dadas as razões que em altura própria aduzimos.

Pela leitura das cifras de 1940 verifica-se que o gado bovino continua a ocupar o primeiro lugar na escala de valores da pastorícia algarvia com quasi 36 % do respectivo total; segue-se-lhe imediatamente de perto o gado muar com pouco mais de 33 % e, por ordem decrescente mas com valores muito abaixo destes, os suínos com 9 %, os asininos com 6,6 %, os eqüinos com pouco mais de 5,3 %, os ovinos com perto de 4,9 %, os caprinos com 4 % e, por último, os animais de capoeira com quasi 10 %.

Com base nestas mesmas cifras, nota-se também que a riqueza pecuária desta província por Km.² é de 20.134\$00 e de 321.416\$00 a correspondente a 1.000 habitantes.

Intendência de Pecuária de Faro, 23 de Julho de 1941.

O Intendente de Pecuária

Eduardo Gomes Calado